José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LEONTIEV, A, N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A. & LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12.ed. São Paulo: Ícone, p.119-142, 2012.

_____. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A. & LEONTIEV, A. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12.ed. São Paulo: Ícone, p.59-83, 2012.

_____. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967. Organização, apresentação e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Introdução a uma estética marxista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LURIA, A, R. Diferenças Culturais de Pensamento. In: VIGOTSKII, L. S., LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2012.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas – SP: Alínea. p. 93-121, 2012.

_____. "A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade". In: ARCE, A; DUARTE, N. Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, p.27-50, 2006.

PASQUALINI, J. Contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação escolar da criança de 0 a 6 anos: desenvolvimento e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Araraquara, 2006.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas:

Autores Associados, 2008.

_____. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico- crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). Pedagogia histórico-crítica: 30 anos.

Campinas: Autores Associados, p. 197-225, 2011.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: BRINCADEIRAS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

IEDA MARIS FRANCISCO DA SILVA

RESUMO

Esse trabalho assume a perspectiva de que a educação é um processo em construção, nesse sentido, o presente estudo dirigiu seu olhar para os entraves que são enfrentados para a efetivação de uma sociedade inclusiva, sobretudo no que diz respeito ao âmbito escolar. Assim, a pesquisa tem a finalidade de compreender como ocorre o processo de inclusão da criança com deficiência na educação infantil tendo a brincadeira como estratégia metodológica para o desenvolvimento infantil, tendo em vista a relevância de entender as especificidades que cada criança possui, juntamente com o dever da instituição escolar de promover o processo educacional integral a todos os estudantes. A metodologia da investigação foi realizada com embasamento teórico de alguns teóricos especializados no tema. Dessa forma, uma escola inclusiva deve garantir a qualidade de ensino educacional a cada um de seus estudantes, distinguindo e ponderando as diferenças, potencialidades e necessidades que cada sujeito detém. Assim, espera-se que uma escola inclusiva seja capaz de promover a todo estudante o direito de acesso à educação, a compreensão que toda pessoa aprende e que o processo de aprendizagem é singular, o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos e que a educação inclusiva diz respeito a todos e não somente ao sujeito com deficiência.

Palavras Chave: Criança; Deficiência; Brincadeira; Inclusão; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Conferência de Educação para todos, efetivada em Jomtien na Tailândia em 1990, apresentava como princípio propor uma educação básica que contemplasse todo indivíduo, a vista disso, ampliava-se probabilidades de acesso ao processo de aprendizagem, na educação básica.

Com a chegada da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB, Lei

9.394/96), ficou instituído o dever do Estado de garantir gratuitamente a educação básica, dentre algumas versam: a educação inclusiva, que visa garantir o ensino para todos, independentemente das limitações pessoais de cada estudante.

A atualidade exige, que o sistema de ensino deve ter um olhar observador e sensível para exercícios pedagógicos, modificando o ensino em uma educação inclusiva, respeitando a diversidade. O papel de uma escola contemporânea é auxiliar na constituição do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, a fim de que ela se torne um cidadão.

Posto isto, a finalidade deste trabalho é compreender como ocorre a inclusão da criança com deficiência na educação infantil tendo as brincadeiras como auxílio pedagógico no processo educacional, ponderando sua interação com as outras crianças, docente e o ambiente educacional.

O problema tratado nessa investigação é entender como ocorre à inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.

O desígnio do tema ocorreu porque busquei resposta para ajudar o docente a lidar com o processo de inclusão da criança com deficiência no ambiente escolar, pois sabe-se que a educação é permeada de diversos desafios sendo função da instituição escolar acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo de modo a ressignificar suas práticas.

Através desta pesquisa, acredita-se encontrar intercessões que possam auxiliar a atuação do docente, diminuindo o conflito das diferenças na educação.

Dessa maneira, espera-se ser possível contribuir para um melhor atendimento escolar pautado no desenvolvimento pleno desses estudantes. Para que isto ocorra, esta investigação terá início com uma revisão bibliográfica baseada em teóricos especializados neste assunto.

Em conformidade com o exposto, a pesquisa é constituída por três capítulos compondo ideias que auxiliam o trabalho e a finalidade da investigação. O primeiro capítulo será concretizado um diagnóstico sobre a Deficiência, em que é tratada sua definição, explicações do seu conceito, suas particularidades, seus comportamentos, seus direitos e progressos. No segundo capítulo o processo de inclusão da criança com Deficiência na educação infantil, identificando a importância da socialização do educando por meio de renovação das propostas pedagógicas, mostrando os desafios que existem, tanto para criança quanto para o professor, no desenvolvimento social e cognitivo. No terceiro capítulo a importância das brincadeiras para a atuação inclusiva como estratégia pedagógica.

Sendo assim, cabe à escola romper as barreiras e se adequar a atualidade educacional que cada vez mais exige o rompimento de pré-conceitos e adequação a toda diversidade humana, visto que a educação é um direito que se estende a todo sujeito. A expectativa a respeito dessa investigação é que seja benéfica aos pais, aos familiares, aos profissionais da educação e à sociedade, proporcionando atitudes reflexivas sobre a educação inclusiva.

2.Deficiência

O termo deficiência é utilizado para explicar a falta de um estruturalismo psíquico, fisiológico ou anatômico. Trata se dá forma biológica do sujeito (OMS/ Organização Mundial de Saúde), 2007.

A convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como [...] "uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social". Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. (SEESP/ SEED/ MEC, AEE Deficiência Mental, 2007).

O sujeito com deficiência intelectual pode ou não ter a sua condição imutável, e, apesar de ter limitações para exercer algumas funções, isso não é impedimento para que deixe de realiza-las.

Conforme o CIDID (Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens), 1989:

Deficiência- perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade- restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagens- prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Desse modo, essa classificação esclarece as diversas especificidades que a pessoa com deficiência detém, pondera que dependendo da deficiência esta condição não retira por completo suas habilidades de sobrevivência.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS):

Prejuízo é alguma diminuição ou anormalidade da estrutura ou das funções anatômicas, físicas ou psicológicas;

Deficiência é alguma restrição ou falta de habilidade (resultante do prejuízo) para realizar uma atividade dentro dos padrões de alcance dos seres humanos; Impedimento é uma desvantagem individual, resultante do prejuízo ou da deficiência, que limita ou compromete o desempenho considerado normal, tendo de ser analisado à luz da idade, do sexo e dos fatores sociais e culturais.

Conforme mencionado acima, mesmo que uma pessoa com deficiência tenha muitas restrições ou total falta de suas habilidades, essa condição não pode ser generalizada, mas considerada de acordo com alguns fatores como, idade, sexo, além dos aspectos culturais e socias.

De acordo com o UNICEF, dentre os principais motivos das deficiências no Brasil se destacam: a nutrição imprópria, enfermidades infecciosas, incidentes e episódios de ocorrências irregulares nas fases de pré e pós-gestacionais. Outros fatores como a violência, situação sócio econômica, drogas, abandonos sociais, situações exclusivas e acidentes também são considerados causadores da deficiência. (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Segundo a OMS 10% de pessoas em todo o mundo tem um determinado tipo de deficiência, como visual, auditiva, física, mental, múltiplas, transtornos globais ou altas habilidades. De acordo com o IBGE no ano de 2000 o Brasil possui 14,5 de pessoas pertencentes ao grupo de deficientes. (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Para Coll e colaboradores (1995) os maiores motivos da deficiência são causados por três fatores: social, cultural e educacional.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características "deficitárias". (COLL et al., 1995 p.12).

Assim, a instituição escolar pode ser considerada como um ambiente favorável ao estudante com deficiência, visto que, exerce o papel de promover o desenvolvimento integral do sujeito nos quais devem contemplar todos os aspectos que condizem ao um processo educacional completo.

2.1Inclusão: o que significa?

Em conformidade com o dicionário Aurélio (2010) incluir significa implantar algo, em determinado lugar. Isso incide em um método de inserção. Dessa maneira, o termo faz referência ao ato de incluir, assim dizendo, tal contexto faz alusão à inclusão de indivíduos em determinado lugar, a vista disso, pode-se ponderar que o ambiente escolar é o local onde o sujeito perpassa o seu processo de ensino aprendizagem.

Todavia, ainda no século XXI, ainda se discute, a superação das escolas em relação aos métodos e exercícios vivenciados noutro tempo ao processo educacional. Por conseguinte, é possível constatar que a instituição escolar ainda apresenta certa resistência em aderir a novas práticas que contemplem uma linguagem mais compreensiva, de modo a alcançar a oportunizar o processo de ensino e aprendizagem para todos. Em consonância a inclusão de crianças, Mittler (2000, p. 25) menciona:

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

O papel da educação inclusiva é dar luz a um processo educacional que assegure de forma integral o desenvolvimento pleno de todo estudante em todos os aspectos.

Neste sentido, Mittler (2000) ressalta que as escolas precisam refletir sobre seus atos, de modo a designar uma atmosfera escolar que permita a inclusão de todos os seus estudantes, considerando suas individualidades.

É dever da escola promover ações pedagógicas que favoreçam a constituição de novas aprendizagens, desprovidas de preconceitos, para tanto, é necessário que adotar atitudes que valorize e semeie a diversidade, ou seja, rever práticas excludentes a fim de romper barreiras educacionais enfrentando o desafio da inclusão.

Sobre isso Strieder e Zimmermann (2000, p. 145) asseguram que: "Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais". Isso quer dizer que modificações inclusivas significa agir de forma diferente, traçar percursos fundamentados em ações coletivas.

Assim, compreende-se que a atualidade educacional exige metodologias inclusivas que contribuam para o desenvolvimento infantil, considerando suas ações limitadas no intuito de suplantar o índice de aprendizagem dos estudantes que evidenciam um atendimento direcionado, promovendo atitudes de valores que corroborem ao processo de en-

sino e aprendizagem apropriado. Strieder e Zimmermann (2000, p. 146) afirmam que:

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Entende-se assim que indicações técnicas não são suficientes, e, não existem métodos completos a serem seguidos, o que deve preponderar é o olhar para o outro, de modo que se reconheça sua individualidade e necessidades.

Mantoan (2003) assegura que um novo modelo do conhecimento está nascendo, isto significa a aceitação do indivíduo em sua diversidade, porquanto, pondera-se que o século atual é visto como o período da comunicação e da informação, neste sentido, é o rompimento do passado na expectativa de mudanças para o novo tempo, portanto, a escola não pode desconhecer as transformações da sociedade.

Para que haja o processo inclusivo com mudanças significativas, acredita-se em uma reformulação geral, dado que a escola precisará criar novas probabilidades de conhecimento (MANTOAN, 2003).

Uma instituição escolar ponderada em preceitos inclusivos, abrange o processo educacional na individualidade de cada estudante, o currículo escolar visa superar as barreiras que atrapalham desenvolvimento integral do indivíduo. Então, incluir é zelar pelo convívio coletivo de modo participativo e completo de todo sujeito. (SASSAKI, 2003).

Por conseguinte, uma escola inclusiva, tem a incumbência de oportunizar aos seus estudantes um processo equitativo, isto significa pensar em todas as especificidades, considerando diversos aspectos, como: idade, localidade, etc., com desígnio de prepará-los para uma vida digna e participativa na sociedade em que vive.

Segundo Sassaki (2003) em determinadas décadas no campo das pessoas com deficiência, fortificava a ideia de integração, visto que, a integração que na prática a pessoa com deficiência, procurava parecer com as pessoas estimadas "normais", pois dessa forma se eram aptas a serem incluídas na sociedade.

No entanto Walber e Silva (2006, p.36) ponderam que na Integração deveria haver um esforço, por parte da pessoa com deficiência, assim dizendo, o indivíduo é que teria de "tornar-se o mais normal possível". Desse modo, um número abrangente de pessoas com deficiência não atingiriam este desígnio e consequentemente permaneceria excluída de certos campos sociais.

Mediante a tal contexto, a integração implicava em dar acesso ao espaço escolar, mas apenas para que o estudante se ajustasse ao processo educacional vigente, ou seja, as práticas eram lineares, inadequadas e sistemáticas.

Mantoan (2003, p. 23) explana que, "a escola não muda como um todo, (quando se trata de integração), mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências". Neste sentido, a inclusão ocorrida é equivocada, pois o papel da escola é aprimorar suas práticas em todos os contextos no desígnio de atender as especificidades de seus estudantes.

A inclusão incide na construção de um projeto, que abranja o estudante como um todo, reconhecendo sua potencialidade, limitações e demandas. Assim, para tornar essas ações possíveis, é necessário que ocorram transformações significativas no âmbito educacional. Mantoan (2000, p. 31) enfatiza que no processo de inclusão;

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

Assim sendo, o ato de incluir traz a luz sobre compreender o significado de diversidade humana, em seu contexto cultural, social, cognitivo, motor e ambiental, tais aspectos implicam em romper barreiras e pensamentos homogêneos, em exercícios mais heterogêneos que levem a promoção de uma sociedade mais inclusiva, melhor dizendo, mais justa.

2.2 Inclusão e a criança com deficiência

De acordo com alguns estudos, nos séculos XVIII e XIX a sociedade não reconhecia as pessoas com deficiência, elas eram consideradas enfermas e por consequência desse olhar, rejeitadas. No século XX essa condição foi modificada e seus direitos reconhecidos.

Para Mazzotta (1996) a inquietação com a educação de pessoas com deficiência no Brasil é recente: iniciou efetivamente no século XIX, movida em experiências norte-americanas e europeias. De acordo com Bruno (2005, p.10):

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e, em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro. Sob influência europeia, eles propagaram o modelo de escola residencial para todo o País.

Dessa forma, inclusão incide em empenho e programa de políticas públicas, da comunidade escolar e da família, para que disponibilizem oportunidades de aprendizagem, compreendendo a forma heterogênea

de educação, apropriada à singularidade de cada criança.

Em 1990 foi ortogado a declaração mundial sobre educação para todos em uma conferência mundial a respeito da educação que menciona:

Que no início da década de 1990 países pobres apontavam que mais de 100 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica; e que apenas 2% de uma população com deficiência, estimada em 600 milhões de pessoas, recebia qualquer modalidade de educação. Tais evidências estimularam o consenso sobre a necessidade de concentrar esforços para atender as necessidades educacionais de inúmeros alunos até então privados de direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990). Posto isto, a pessoa com deficiência passou a ter o direito a educação básica, mediante ao documento vigente, o atendimento educacional deveria ser de qualidade, ponderando as especificidades de todo sujeito com deficiência.

Em 1994 a UNESCO e a Espanha promoveram a Declaração de Salamanca onde foi concretizada a conferência mundial sobre as necessidades especiais, que reconhecia o ensino como direito e dever a todas as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, no ensino regular. Para tanto Sánchez (2005 p. 9) elucida:

-Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos; - Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; - Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades; - As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; e - As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

A educação inclusiva tem a preposição que todos têm direito a uma educação digna, ou seja, a escola para ser considerada inclusiva deve se adequar as todas as especificidades do sujeito, e é importante mencionar que a inclusão deve contemplar todo estudante independente de ter deficiência ou não.

O desenvolvimento de escolas inclusivas - escolas capazes de educar a todas as crianças- não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade. (DYSON, 2001, p.150 apud SÁNCHEZ, 2005, p.13).

Neste sentido, a escola não pode ser considerada a única fonte de educação para o estudante, visto que a família, órgãos públicos e até mesmo a sociedade detém papéis a serem desempenhados nesta função.

A LDB lei n 9, 394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), no capítulo V que: "a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos mesmos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades". Desta forma, o estudante com deficiência, deve ter seu direito a educação garantido, não podendo ser rejeitado em qualquer instituição regular, todavia, se houver necessidade, pode ter seu processo educacional em outra instituição qualificada e assegurada de todos os recursos que atendam suas especificidades.

Segundo Prieto (2006) o desígnio da integração escolar é inserir o estudante com deficiência em um espaço que contemple seu cotidiano para além de seu contesto escolar, de modo que estejam adaptados com estruturas físicas, escolhas de materiais e formação docente.

A integração, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida do excepcional como elemento do grupo de crianças "normais" e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação da criança excepcional como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas que fazem com que o excepcional se sinta parte natural do grupo. (MAZZOTA, 1989, p.43-44).

Para ser considerada inclusiva a escola necessita se a ajustar a todos, e não somente aos estudantes com deficiência, neste sentido é necessário repensar suas ações pedagógicas e sistematização escolar, para que dessa forma todo estudante consiga se inserir no contexto escolar se apropriando do seu processo educacional.

Todavia, quando acontece só a integração do educando com deficiência na sala regular, ele conseguirá participar das aulas e interatuar com os outros, quando a escola não modifica seu seguimento para que isso ocorra, o educando terá apenas o seu ingresso garantido, visto que seu direito a uma educação de qualidade não está ocorrendo.

A ação de incluir ultrapassa o ato de integrar. Segundo Ainscow apud Sánchez (2005, P. 15) "a educação inclusiva vai muito além de atender ao alunado com necessidades educacionais especiais, uma vez que supõe a melhoria das práticas educativas para todos os alunos e para o conjunto da escola". Isto é, inclusão deve estar ao alcance de todos, de modo a ser considerada qualitativa,

abrangente a um currículo escolar integrador a formação do sujeito pleno em toda as suas capacidades.

A inclusão de crianças com deficiência se torna eficaz a partir do momento que ocorre em todo/qualquer ambiente, isto deve ser acontecer independente da necessidade que a criança apresente, as pessoas devem ter acesso e oportunidades na sociedade vigente. Para o Ministério da Educação (BRASIL, 2001, p.08) a inclusão é descrita como a:

Garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Assim, para se atingir uma educação para todos, ainda há muitas barreiras a serem vencidas. Um dos maiores desafios é ter estudantes com deficiência inseridos no ambiente escolar apenas para aumentar o número de matriculados. A respeito disso, compreende-se a necessidade de proporcionar um ambiente acolhedor que reconheça todos os seus direitos e competências.

Para que o estudante com deficiência participe de um processo educacional inclusivo, é preciso ter a compreensão que a escola é um local permeado com diferenças, isto quer dizer que essa diversidade deve ser respeitada por todos, de modo que todas as individualidades devem ser impreterivelmente acolhidas por todos os envolvidos neste processo, só dessa maneira poderia ser intitulada escola inclusiva.

A educação inclusiva aspira fazer efetivos direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação o direito de todas as crianças encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países: porém, ainda existem milhões de crianças e adultos que não tem acesso à educação ou recebem uma de menor qualidade. (MEC, 2005, p. 08).

Logo, o direito a educação deve ser garantido a todo sujeito a igualdade de oportunidades para a constituição da identidade pessoal. Ter o acesso a uma educação inclusiva significa respeitar e valorizar a diversidade humana, isso quer dizer promover o processo de desenvolvimento das aprendizagens para todos os estudantes.

2.3 Formação docente

Todos os docentes necessitam ser docentes de todos os estudantes, sem distinção, já que o direito a uma educação integral é direito assegurado a todos, e, preferencialmente na rede regular de ensino.

A LDB, art. 58, III, menciona: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns”.

Posto isto, a lei vigente reintegra a formação a nível médio, mas para o magistério tem que ter uma formação superior. Souza e Prieto (2002, p.131) citam:

“tal constatação causa estranheza quando se trata de formação de um profissional que, para além do domínio de habilidades exigidas para o exercício profissional no ensino comum, deverá ter qualificação para concretizar o especial da educação”.

Segundo Xavier (2002, p. 19):

O ingresso de educandos especiais vem aumentando nas salas regulares, com isso há necessidade de investir em adaptações para esses alunos para que os mesmos consigam permanecer na escola. A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Desse modo, as instituições de ensino devem perceber que a formação continuada dos educadores é de suma importância, pois só assim conseguirão concretizar ações pedagógicas para todos estudantes.

No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos (MEC 1998, p.68).

Os educadores precisam compreender o que cada criança detém particularidades únicas, portanto é função do docente elaborar propostas que contemplem todo o processo educacional de seu estudante.

Se a pretensão é “garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades”, deve-se assegurar a oferta que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos. (GLAT & NOGUEIRA, 2002, p. 25).

O educador necessita compreender primeiramente as particularidades de seus educandos para assim desenvolver seu planejamento de aula. Segundo Prieto (2006, p. 60).

Todo plano de formação deve servir

para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

O docente precisa entender que cada estudante tem suas próprias características e que elas estão na escola para estudar e não apenas socializar, visto que o indivíduo com deficiência possui habilidades incríveis.

Segundo Magalhães (2006, p. 359 apud OLIVEIRA p. 248- 249):

[...] uma concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva que está ancorada na tese de que a heterogeneidade dos alunos deve ser respeitada e, portanto, o aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo, no interior da comunidade escolar.

Para tanto, é importante propiciar a formação continuada desses educadores, que com isso conseguirão mediar suas propostas corroboradas a escuta e observação sensível, respeitando as diferenças e potencialidades.

Tendo em vista a importância dos professores na busca de concretizar ações que conduzam, de fato, a uma Educação Inclusiva, os professores devem assumir uma postura frente ao processo de inclusão das crianças com deficiência. Diante do contexto, Mello (2000, p.104) aponta:

Ensinar é uma atividade relacional: para coexistir, comunicar, trabalhar com os outros, é necessário enfrentar a diferença e o conflito. Acolher e respeitar a diversidade e tirar proveito dela para melhorar sua prática, aprender a conviver com a resistência, os conflitos e os limites de sua influência fazem parte da aprendizagem necessária para ser professor.

Ensinar então é uma ação que deve permear o mundo contemporâneo, ou seja, mediar conflitos, desbravar desafios e as diferenças. Promover um ambiente que assegure a permanência de todos com práticas que influencie a sociedade a aceitar a diversidade humana em todos os seus aspectos.

Dessa maneira o saber dos docentes perpassa a temporalidade, visto que, "ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários a realização do trabalho docente" (TARDIF, 2002, p. 20). O ato de ensinar não é uma ação que o sujeito traz consigo, mas que se constrói ao longo de sua carreira. Neste contexto, para o autor, a carreira é "um processo temporal marcado pela construção do saber profissional". (TARDIF, 2002, p. 20). Ainda conforme Tardif (2002, p. 108):

É apenas ao cabo de um certo tempo – tempo da vida profissional, tempo da carreira – que o Eu pessoal vai se transformando pouco a pouco, em contato com o universo do trabalho, e se torna um Eu profissional. A própria noção de experiência, que está no cerne do Eu profissional dos professores e de sua representação do saber ensinar, remete ao tempo, concebido como um processo de aquisição de um certo domínio do trabalho e de um certo conhecimento de si mesmo.

O saber profissional se constitui de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, de outros atores educativos, dos lugares de formação, etc. Para Tardif (2002, p. 106):

Compreender os saberes dos professores é compreender, portanto, sua evolução e suas transformações e sedimentações sucessivas ao longo da história de vida e da carreira, história e carreira essas que remetem a várias camadas de socialização e de recomeços.

Dessa forma, inclusão é uma prática que deve estar inserida no cotidiano escolar, familiar e da sociedade, tendo em vista que incluir um indivíduo com deficiência é um ato inconstitucional, que precisa ir além de obrigações legislativas, acredita-se que a inclusão é um ato humanitário que deve vencer desafios, visões equivocadas e lineares.

2.4 BRINCADEIRA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Considerando-se que a criança com deficiência por vezes pode apresentar dificuldades em compreender conteúdos abstratos, é importante a uso de material pedagógico sólido, e de práticas metodológicas para que a criança desenvolva suas habilidades cognitivas de modo a desenvolver suas aprendizagens.

Sabendo que a brincadeira na infância da criança é fundamental para o seu desenvolvimento, alguns teóricos especialistas sobre este tema, propõem diversas formas para dar a função à brincadeira como uma ferramenta imprescindível ao desempenho da criança. (Johonsom Christie & Yawkey, 1999).

O ato de brincar é visto como um fenômeno na fase da infância é algo que pode determinar essa fase. Na vida cotidiana da criança, quase todas suas ações são revertidas em brincadeiras. Para Vygotsky (1998, p.106):

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. No brinquedo, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das ideias e não das coisas: um pedaço de madeira torna-se um boneco e um cabo de vassoura torna-se um cavalo. O brinquedo é um fator muito importante nas transformações internas do desenvolvimento da criança.

A brincadeira provoca nos pequenos facetas imaginárias, pois nos momentos lúdicos, eles ocupam o lugar no outro. Diante disso a criança vai além de sua realidade, se transportando para outro momento em que

ela se encontra, no que se refere a criança com deficiência, acredita-se que o brincar transborda a diversidade e ultrapassa muitas barreiras.

No entanto em crianças com deficiência a brincadeira ocorre de diversas maneiras, pois algumas podem apresentar comportamentos diferentes em relação às brincadeiras oferecidas. (American Psychiatric Association, 2002; Organização

Mundial de Saúde, 2003).

Ao representar personagens como mamãe e papai ou de seu super-herói favorito, a criança entra no mundo de faz-de-conta e faz uso de diversas experiências vivenciadas em seu dia a dia.

Para Oliveira (2002) ao brincar de faz-de-conta a criança entra em um mundo fantasioso onde há uma leitura informal do mundo e isso faz a criança explorar novos sentidos, criar e construir sua autonomia. Por meio do brinquedo a criança amplia suas capacidades cognitivas, seus saberes e se aprofunda na realidade do mundo em que está inserida. Segundo Kishimoto (2008, p.17):

O jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem, surge a dimensão educativa. Utilizar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensinoaprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento.

Através do brincar pode se perceber diversas atitudes nos pequenos sendo estas podem adequadas ou inadequadas, e é neste momento que a mediação do adulto deve ocorrer para ajudar no discernimento da criança entre o correto ou errado.

Para Leslie (1987) é na brincadeira que são inseridos indícios da competência de especificar e manipular sobre informações aos estados mentais dos outros e individuais.

Segundo Morais & Otta (2003) a ludicidade coopera para que a criança manipule objetos como se fossem outros, e ainda podem encontrar características diversas do que existe nesses elementos, e até mesmo atribuir aos outros ou a si próprio criando cenas fantasiosas.

Para Pellegrini e Bjorklund (2004) o aspecto lúdico colabora com o ato de socializar, colaborando para que a criança crie expectativas de outras brincadeiras, ou seja, ela imagina o mundo de várias maneiras e o representa do mesmo modo.

Segundo Winnicott (1995) a ludicidade é considerada prazerosa porque consegue provocar no sujeito envolvimentos emocionais e motivacionais, sendo capaz de criar estados de vibrações e entusiasmo.

No processo de aprendizagem algumas crianças apresentam alguma dificuldade para aprender, diante disso Dockrell (2000, p.10) relata:

As dificuldades de aprendizagem afetam um número substancial de crianças em nossa sociedade. São heterogêneas, leves, moderadas, graves, de curta ou longa duração e as mesmas exigem avaliações e intervenções e uma teorização dos modelos de funcionamento cognitivo [...] As dificuldades de aprendizagem podem ser classificadas de várias formas, a mais relevante é relacionada à base cognitiva subjacente a uma dificuldade, pois a intervenção procura afetar o funcionamento cognitivo, avaliação apresenta um perfil das potencialidades dentro dos domínios relevantes do funcionamento cognitivo.

A criança geralmente busca por independência no momento de realizar as atividades propostas, porém, quando isto não ocorre é preciso que o docente se atente para compreender o que acontece e buscar subsídios para ajudar nos obstáculos enfrentados pela criança.

Para Morais (1986) algumas das dificuldades encaradas palas crianças podem ocorre por alguns motivos como, a ausência de estímulos adequados, fatores emocionais, pouca maturidade, dislexia e um método de ensino impróprio.

Portanto dentro de novas expectativas, pode-se compreender que crianças com deficiência possuem muitas habilidades e capacidade de aprender novos conhecimentos, consequente a compreensão para muitas brincadeiras simbólicas nas quais são fundamentais para o seu processo de desenvolvimento de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico, onde enfatizou o processo de inclusão da criança com deficiência na educação infantil tendo brincadeira como estratégia metodológica para o desenvolvimento de aprendizagem do estudante.

Este trabalho teve o desígnio de compreender como ocorre a inclusão da criança com deficiência na educação infantil e as brincadeiras como auxílio pedagógico no processo educacional.

Mediante o que foi estudado, pode se compreender que uma educação inclusiva é um dever de toda instituição escolar, a brincadeira está articulada na vivência das crianças e propicia subsídios imperativos as relações do sujeito.

Deste modo, a criança com deficiência

constitui com os jogos e as brincadeiras afinidades naturais e com isso ela expressa vários tipos de sentimentos como a tristeza, alegria, amargura, entusiasmo, passividade e agressividade, é através da brincadeira que os pequenos se envolvem nos jogos e compartilham coletivamente, além do autoconhecimento e descoberta do outro.

Ao brincar a criança desenvolve sua memória, amplia sua linguagem, percepções, fantasias e cria novas experiências. Além da afetividade e concentração para novos aprendizados.

Durante o processo de investigação, pode se compreender que a criança com deficiência apresenta grande potencial e não é apenas capaz de aprender, mas também de ensinar. E a partir do momento que o educador percebe este fato, será capaz de atuar de uma maneira eficaz e apropriada para criança.

É necessário que o educador compreenda as diversas maneiras que um aluno especial se expressa, pois muitas vezes criança com deficiência intelectual se comunica de uma forma diferente das outras crianças.

Portanto, a escola como uma instituição socializadora, deve ser responsável pela formação consciente e crítica do estudante, proporcionando a ele o pleno desenvolvimento em todas as suas dimensões, empregando um trabalho dinâmico e desafiante, visto que uma educação inclusiva é um direito que deve ser assegurado a todos.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (2002). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (4ª Ed). Washington, DC: American Psychiatric Association Press, (2003).

Brasil. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de

Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEF/SEESP; 1998.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensaios Pedagógicos: Construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2005.

COLL C. et al., Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995. V. 3.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

DOCKRELL, J. Crianças com dificuldades de aprendizagem uma abordagem cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

GLAT, Rosana e NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: Revista Integração.

Brasília: Ministério da Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008. Johnson, J. E. Christie, J. F., & Yawkey, T. D. Play and Development. In J. E. Johnson, J. F. Christie, & T. D. Yawkey (Orgs.), Play and early childhood development, 1999.

Leslie, A. M. Pretense and Representation: the origins of "Theory of Mind".

Psychological Review, 1987.

MAGALHÃES, R. C. B. P. Processos formativos e saberes docentes em tempos de inclusão: apontamentos a partir de contribuições da educação especial. In: SILVA, A. M. M. et al. Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social. Recife: Bagaço, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo: Perspects. 2000.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva – Contextos sociais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

MORAIS, A. M. P. Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica.

São Paulo: Edicon, 1986.

Organização Mundial de Saúde – OMS. Growth reference data for 5-19 years. 2007. Disponível em: http://www.who.int/grow-